Projeto de Lei nº , de 2007
(Do Sr Rogerio Lisboa)

Dispõe sobre a perda do mandato parlamentar em casos de desfiliação ou infidelidade partidária.

“Art. 1º. Acrescente-se o artigo 26-A à Lei 9.096, de 19 de setembro de 1995:

Art. 26-A. O titular de mandato eletivo que não tenha atingido o quociente eleitoral na votação individual, perderá o mandato nas seguintes situações:

I - caso altere a filiação partidária;

II - caso tenha votado diferentemente de sua liderança em mais de 50% de seus votos ao longo de 12 meses consecutivos.

§ 1º - É permitida a mudança de filiação partidária, a qualquer tempo, e sem o ônus de perda do mandato, aos titulares que tenham atingido o quociente eleitoral na votação individual das eleições proporcionais;

Art. 2º. O artigo 18 da Lei 9096, de 19 de setembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.18. Para concorrer a cargo eletivo, o eleitor deverá estar filiado ao respectivo partido pelo menos 12 meses antes da data fixada para as eleições proporcionais, e um ano antes da data fixada para as eleições majoritárias.

Art. 3º. O artigo 9º da Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.9º. Para concorrer às eleições, o candidato deverá possuir domicílio eleitoral na respectiva circunscrição pelo prazo de, pelo menos, um ano antes do pleito e estar filiado ao respectivo partido pelo menos 12 meses antes da data fixada para as eleições proporcionais, e um ano antes da data fixada para as eleições majoritárias.”

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O futuro da democracia no Brasil depende de uma reforma do nosso sistema eleitoral que busque fortalecer os partidos, tornando-os mais densos e diversos sob o ponto de vista ideológico e programático. Esta é a única forma de invertermos a lógica personalista das negociações e práticas que permeiam o nosso sistema político e que de fato, alimentam a corrupção e a ineficiência do Estado. Somente assim, teremos condições de interromper o processo que vem aceleradamente, desacreditando a atividade política e a própria democracia no Brasil.

Neste contexto, a questão da fidelidade partidária surge como um dos principais pontos que necessitam de uma urgente revisão para tornar o processo democrático brasileiro mais eficiente, transparente e justo.

No atual sistema de eleições proporcionais, é possível e bastante comum que candidatos de determinados partidos ou coligações sejam eleitos com votação significativamente inferior a outros candidatos de outros partidos, unicamente em função do tamanho da bancada dos partidos e/ou coligações.

De fato, estes representantes do povo só estariam exercendo seus mandatos graças ao tamanho das bancadas e aos votos dados pela população na legenda da qual fazem parte – ou seja, os mandatos, nesse caso, devem pertencer aos partidos e não aos indivíduos.

Sendo assim, não faz sentido conceitual a proposta de tornar inelegíveis os parlamentares que abandonem a legenda. Ao contrário, a providência lógica e justa seria a “devolução” de seus mandatos à legenda caso subletem-se sistematicamente contra a liderança do partido pelo qual se elegeu, ou simplesmente, o abandonem.

Ademais, minha perspectiva é que parlamentares eleitos pelo voto nominal (aqueles que obtiveram um número de votos individuais superior ao quociente eleitoral) deveriam ter um tratamento diferenciado na questão da fidelidade partidária.

Como estes não precisaram utilizar-se dos votos dados em suas legendas para conquistar suas cadeiras, seus mandatos deveriam pertencer a eles e não aos partidos ao qual estavam filiados durante o pleito eleitoral. Nada mais justo do que não exigir nenhum tipo de submissão desses parlamentares às estruturas partidárias – eles poderiam exercer seus mandatos livremente e independente da orientação de seus partidos.

Quanto aos demais, ou seja, aqueles que somente se elegeram graças ao tamanho das bancadas e aos votos dados pela população na legenda da qual fazem parte, deve-se exigir fidelidade total - os mandatos exercidos por esses parlamentares pertenceriam às suas legendas. Logo, estariam obrigados a seguir à orientação da liderança da bancada sob pena de perda do direito de exercício da função parlamentar.

A questão do prazo de filiação constitui outra grande distorção teórica presente no debate corrente sobre a reforma política. O aumento do prazo de filiação não significa necessariamente um aumento da fidelidade partidária, como propõe o PLP 35 de 2007, pois um determinado parlamentar poderia continuar na mesma legenda porém votando sistematicamente contra a liderança partidária.

A redução do prazo de filiação a níveis mínimos (talvez, limitado ao início do período de campanha) representa um dos principais mecanismos de saída para aquelas lideranças políticas que se sentirem prejudicadas pelas decisões tomadas pelas cúpulas partidárias.

Desta feita, um parlamentar insatisfeito com os rumos de seu partido, poderia desligar-se do mesmo (e conseqüentemente, perder seu mandato caso não tenha atingido o quociente eleitoral nas eleições proporcionais) sem que com isso, ficasse impedido de concorrer nas próximas eleições por uma nova legenda. Deve-se apenas exigir que a filiação ocorra antes do início do período oficial de campanha (que hoje, se inicia aproximadamente entre seis e doze meses antes do pleito). Realmente, esta redução dos prazos de filiação teria um efeito bastante positivo na prevenção da elitização da vida partidária no Brasil.

Por todas as razões ora levantadas, estou certo que a presente emenda merecerá o apoio do Sr. Relator.

Brasília, 09 de outubro de 2007-10-09

**DEPUTADO ROGERIO LISBOA
DEM/RJ**